

A comunicação em rede, os avanços na cidadania e a questão da regulamentação

The communication on the net, the progress in citizenship and the regulation's issue

La comunicación en red, los avances en la ciudadanía y el tema de la regulación

Denyse Parreira de Deus Araújo Freitas¹

Tiago Mainieri²

<http://dx.doi.org/10.5216/32564>

Resumo

Este trabalho reúne pesquisas e estudos de autores que se dedicaram a investigar comunicação em rede. Por meio de pesquisa bibliográfica intencionou-se discutir os impactos das novas mídias na sociedade e nos modos de participação política. Foram objetos de análise os movimentos sociais fomentados a partir do ambiente virtual. Também tiveram espaço discussões sobre o fenômeno de quebra da hegemonia dos meios de comunicação de massa na produção de informação, teorizações sobre a regulamentação da internet, liberdade de informação e proteção dos dados pessoais espalhados na rede. Os estudos e análises selecionados oferecem um panorama geral, embora sucinto, mas que demonstra a complexidade do tema.

Palavras-chave: Internet. Comunicação em Rede. Novas Mídias. Regulamentação.

Abstract

This article gathers research and studies by authors who have dedicated themselves to investigate the communication on the net. By means of bibliographic research we discuss the impact of new media on society and modes of political participation. The social movements fostered from the virtual environment were the objects of analysis. The discussions about the phenomenon of breaking the hegemony of the mass media in information production also had space, as well as theorizations about the regulation of the internet and freedom of information and protection of personal data spread on the net. The studies and analyzes selected offer a general overview, although succinct, but that demonstrates the complexity of the theme.

Key words: Internet. Communication on the Net. New Media. Regulations.

Resumen

Este artículo recoge la investigación y los estudios realizados por los autores que se han dedicado a investigar la comunicación en la red. Por medio de la pesquisa bibliográfica para discutir el impacto de los nuevos medios en la sociedad y los modos de participación política. Los movimientos sociales impulsados desde el entorno virtual fueron los objetos de análisis. Las discusiones sobre el fenómeno de romper la hegemonía de los medios de comunicación en la producción de información también tienen espacio, así como las teorizaciones acerca de la regulación de internet y la libertad de información y

¹ Mestranda na linha de pesquisa Mídia e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (PPGCOM/UFG), Brasil, Goiás, Goiânia. E-mail: deparreira@gmail.com

² Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Mestre e graduado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFG (PPGCOM/UFG) e integrante do Laboratório de Leitura Crítica da Mídia/UFG. Brasil, Goiás, Goiânia. E-mail: tiagomaineiri@gmail.com

protección de datos personales dispersos en la red. Los estudios y análisis fueron seleccionados con la intención de ofrecer una visión general, sin embargo sucinta, pero demuestra la complejidad del tema.

Palabras clave: Internet. Comunicación en Red. Nuevos Medios. Regulación.

1. INTRODUÇÃO

O modelo pensado por Aristóteles para analisar o processo de comunicação supõe três elementos: o locutor, o discurso e o ouvinte. Vários séculos depois o modelo foi adaptado pelos primeiros pesquisadores que se propuseram a estudar os meios de comunicação de massa. Ao analisar a inserção do rádio e da televisão na sociedade, os termos foram substituídos por emissor, mensagem e receptor. Esses elementos da comunicação vistos desde a perspectiva do modelo matemático até os estudos de recepção são agora reinterpretados. Nas últimas décadas, o advento e a popularização da internet têm mostrado que essa lógica não se aplica ao processo de comunicação nas novas mídias.

Na comunicação via internet ou comunicação em rede o usuário pode comentar o conteúdo acessado, participar de bate-papos e fóruns, assistir a vídeos e interagir em tempo real com pessoas que estejam conectadas, mas pode também, ele mesmo, produzir textos e publicá-los, vídeos e todo tipo de conteúdo digital. O indivíduo não é mais mero expectador/receptor, ele produz a própria mensagem. Houve uma mudança em relação ao lugar de produção da informação, antes restrita aos meios de comunicação.

O tema tem provocado debates e estudos entre os pesquisadores. Alguns autores, como Castells, defendem que o uso que os internautas têm feito da internet representa um novo paradigma comunicativo. A centralidade da mídia se desloca e novas formas de participação política são forjadas por meio da criação de blogs e páginas para a defesa de interesses de determinados grupos e movimentos sociais.

Outras questões suscitam o debate em torno da comunicação em rede, como a transposição da lógica hegemônica da mídia tradicional para o ambiente virtual, em observância a popularidade alcançada por portais de redes de televisão e de jornais impressos consolidados. Dessa forma, observa-se que uma mudança significativa no paradigma comunicacional vai além da participação ativa na produção de conteúdos, mas perpassa uma lógica comunicacional que efetivamente rompa com os padrões estabelecidos pela mídia massiva.

Outro aspecto não menos importante na discussão das mídias digitais e que se apresenta bastante atual é a questão da regulamentação levantada por autores como Wolton. O fornecimento

de dados pessoais viabiliza a utilização de serviços de e-mail, por exemplo, mas não existem diretrizes claras sobre a forma como as empresas que detêm esses dados podem utilizá-los. Essa é ainda uma área nebulosa no que diz respeito à web. É preciso controlar a rede? Esse controle é possível sem que haja o comprometimento da liberdade de informação?

Pretende-se neste artigo refletir sobre o papel das novas mídias e sobre questões fundamentais que as cercam, como a democratização da produção do conteúdo, o uso que grupos e movimentos sociais têm feito da rede e o aspecto da regulamentação. Essa reflexão se dará a partir de pesquisa bibliográfica de textos de autores clássicos que se dedicam a estudar o tema.

2. A REDE COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Nas últimas décadas o avanço das tecnologias digitais, a melhoria nos serviços de conexões de internet, e o barateamento dos equipamentos de informática e serviços foram fatores que contribuíram para a popularização do uso da rede. Recentemente outro fenômeno tem sido observado: as conexões por meio dos dispositivos móveis: *tablets* e celulares. Não é preciso mais estar em casa ou no trabalho para estar conectado. Para Di Felice (2012) todas essas situações levaram ao surgimento de novos espaços de compartilhamento, discussão e participação política.

Com o avanço das tecnologias digitais e com o advento da banda larga, que passaram a permitir a produção, a distribuição e a armazenagem online de vídeo, áudio, sons etc., assistiu-se a um incremento não somente das quantidades de informações veiculadas, mas ao desenvolvimento de redes sociais digitais temáticas (*social networks*) que multiplicaram as relações sociais online e desenvolveram novas práticas de interação e de ativismo. (DI FELICE, 2012, p. 29)

O autor lista cinco características apontadas por Castells para definir a sociedade em rede: “a informação, a flexibilização da produção, a lógica reticular, a difusão e a convergência das tecnologias digitais de comunicação” (DI FELICE, 2012, p. 31). Em virtude dessas características, as novas tecnologias de comunicação, segundo Di Felice (2012) propiciariam uma mudança no modo de produção das informações e o surgimento de um novo paradigma comunicacional.

[...] diante do desenvolvimento das novas TICs, passamos de um modo de produção burocrático e verticalizado para uma estruturação reticular e horizontal característica de um novo paradigma comunicativo e produtivo onde o acesso às redes e a possibilidade de troca informativa através delas são fatores determinantes para inclusão na sociedade informacional, em seus processos e funções dominantes. (DI FELICE, 2012, p. 32)

No contexto de uma estrutura reticular e horizontal da comunicação, destaca-se a possibilidade de amplificar a participação e engajamento dos cidadãos. Di Felice (2012) observa que as práticas de comunicação nas novas mídias mudaram e redimensionaram as definições do termo ativismo. A difusão e compartilhamento de informações pela rede na defesa de causas ambientais, geográficas, grupos minoritários ou contra sistemas econômicos e políticos deram origem a termos como *Internet Activism*, *Eletronic Advocacy* ou *Ciberativismo*. O autor citando Mccaughey e Ayers (2003) alerta para o fato de que o uso da internet significou alterações no ativismo fora da rede.

[...] essa tecnologia comunicativa transformou substancialmente o próprio ativismo e os conceitos de participação, espaço democrático, identidade coletiva e estratégia política, implicando em uma mudança significativa nas formas de ação social por parte dos movimentos ciberativistas. (MCCAUGHEY; AYERS apud DI FELICE, 2012, p. 35)

Para o autor uma característica relevante do ativismo na rede é a forma como os sujeitos interagem com as tecnologias da informação e como utilizam seus recursos, se antes os projetos e definições eram pensados por meio de um processo unidirecional, agora podem ser construídos de forma colaborativa.

Ao analisar a forma como se deram os acontecimentos e as mobilizações da chamada “primavera árabe”, em 2011, Thomas Tufte (2013, p.76) aponta que “a nova onda global de ativismo fora das instituições e organizações formais e ligadas aos novos desenvolvimentos de mídia digital trouxe uma dinâmica poderosa na equação das relações entre os cidadãos, o Estado, o governo, a mídia e o setor privado”.

Tufte (2013) faz uma revisão do pensamento e das práticas da Comunicação para o Desenvolvimento a partir dos acontecimentos de 2011 e propõe questionamentos.

Como e em que medida estas plataformas de mídia emergentes, estão alterando as relações entre os governantes e os cidadãos? Elas estão levando a novos espaços de deliberação e debate público, e novos espaços para a crítica e a ação cívica? Estão conquistando espaços ou são espaços reivindicados? E que diferença isso faria? (TUFTE, 2013, p. 76).

O autor ressalta a necessidade de uma reformulação das práticas de comunicação para a transformação social e sugere alguns caminhos. O primeiro seria uma reflexão profunda a respeito do conceito de desenvolvimento, já que segundo ele, o modelo ocidental de crescimento econômico atravessa uma crise. Outro ponto seria o reconhecimento das lutas de poder como fundamentais

para o desenvolvimento e a transformação social. “Governança participativa é quando os cidadãos têm um papel a desempenhar neste processo para além de mera eleição de políticos no período eleitoral” (TUFTE, 2013, p.84-85).

Tufte (2013, p. 85) utiliza a definição de Jorge Gonzalez (2009) da palavra cibercultura para teorizar sobre o tema. “Cibercultura não deve ser conceituada como era nos estudos da internet na década de 1990. Cibercultura, como Jorge Gonzalez conceitua, é sobre pessoas comuns adquirirem culturas de governo; cyber significa ‘governar’ em grego”.

O autor entende que a multiplicidade das vozes é uma condição comunicativa do nosso tempo. E ressalta que a tendência é o fim da separação entre comunicação interpessoal e comunicação de massa.

Com as relações e práticas de Comunicação, muitos hoje se comunicam com muitos em um mix de práticas sociais *online* e *off-line*. A característica mais importante parece ser o caráter da rede de relações sociais e formas de Comunicação, permitindo uma multiplicidade de vozes a falar juntas. Isto é estabelecer novos padrões e produzir novas lógicas de Comunicação (TUFTE, 2013, p. 85).

O autor faz ainda um alerta às organizações, governos e empresas. Segundo Tufte (2013, p.86) as instituições devem se atentar para as táticas dos cidadãos na sociedade em rede e assim desenvolver sensibilidade para ouvir, manter diálogo e melhorar a compreensão com o cidadão. Se não agirem dessa forma, “podem muito bem ver o agente da transformação social se desenvolver nas mãos dos cidadãos. Isso pode muito bem ser o mais profundo desafio para o campo da Comunicação para o desenvolvimento e a transformação social no futuro”.

Para Dênis de Moraes (2008) a emergência e apropriação das novas mídias digitais por movimentos sociais e políticos representam tentativas de vencer a hegemonia das instituições e dos meios de comunicação.

A rede mundial de computadores apresenta-se como mais um campo de lutas e conflitos pela hegemonia no interior da sociedade civil, vale dizer, de batalhas permanentes pela conquista do consenso e da liderança cultural-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras (MORAES, 2008, p. 40).

A internet, segundo Moraes (2008, p.42) é um ecossistema digital descentralizado, com múltiplas fontes de emissão de conteúdo e possibilidade de intercâmbios singulares. Além disso, afirma que a rede é hoje uma esfera pública em potencial. “A *web* configura-se como esfera pública

em gestação, sem hierarquias ou comandos aparentes, pontuada por diversos anseios e ambições”. O autor lista três peculiaridades das redes, apontadas por Scherer-Warren.

1) temporalidade: novas formas de comunicação em tempo real, com conexão entre diferentes tempos sociais; 2) espacialidade ou criação de territorialidades (do local ao global); 3) sociabilidade ou formas de relações sociais em termos de alcance, intencionalidade e conectividade com novas dimensões na esfera pública (MORAES, 2008, p. 43).

Moraes (2008) observou cinco dimensões da comunicação em rede com características contra-hegemônicas que podem ser encontradas na *web*: oposição ao neoliberalismo e defesa da universalização dos direitos democráticos; descentralização informativa, qualquer ponto da rede pode estabelecer conexões com outros, dificultando o controle pelas instâncias de poder; dados difundidos sem a necessidade de submissão a diretrizes da mídia; propicia a interlocução e interação de visões de mundo convergentes e grandes quantidades de materiais textuais e audiovisuais são compartilhados abertamente.

O autor cita os *softwares* livres como exemplo de ferramentas que estão a serviço da circulação social de informações, sem a necessidade do pagamento de *royalties* pelo uso de patentes corporativas.

A tecnologia de edição Wiki, por exemplo, utilizada na Ciranda Internacional da Informação Independente, permite a edição direta, em tempo real, de todas as páginas exibidas aos usuários. Com o simples clicar de um botão, o usuário, desde que autorizado, pode alterar diretamente a página que lhe é exibida, sem a necessidade de uso de bancos de dados para o armazenamento dos textos. [...] O exemplo mais famoso de ferramentas Wiki para a criação de documentos compartilhados é o projeto Wikipedia, a enciclopédia livre construída coletivamente na web (MORAES, 2008, p. 49-50).

Mesmo otimista com os resultados alcançados por coletivos contra-hegemônicos a partir da utilização das novas mídias, Moraes (2008, p.56) não deixa de fazer algumas ponderações. O avanço tecnológico, o desenvolvimento de pesquisas e patentes dependem de grandes investimentos financeiros que só podem ser bancados por grandes corporações. “Acentua-se, assim, o domínio dos países com alto poder aquisitivo e corporações de ponta, do mesmo modo que a exclusão digital daí decorrente restringe a expansão tecnológica nos países periféricos, incluindo o acesso à *web*”.

Outra questão levantada pelo teórico é a pouca visibilidade alcançada pelas webmídias contra-hegemônicas junto à sociedade civil. Na maioria das vezes as informações divulgadas ficam restritas a segmentos politizados ou grupos de formadores de opinião. As razões são várias, como a pouca quantidade de conexões em comunidades mais carentes; inadequação da linguagem e dos

discursos utilizados, baseados em retórica excessivamente ideologizada; falta de ousadia na concepção das páginas; baixo aproveitamento das ferramentas multimídias; e até a repetição do modelo tradicional de organização editorial e dos temas discutidos pela grande mídia.

Não raro, webmídias se deixam aprisionar pelo agendamento midiático, reverberando assuntos que dominam as pautas de jornais e telejornais. O efeito colateral costuma ser a vinculação a fatos de maior repercussão, ainda que com viés crítico. Em sentido análogo, quanto mais se impregnam os materiais informativos de timbres ideológicos, mais se estreitam o público-alvo e a capacidade de assimilação por audiências sem formação educacional e cultural condizente (MORAES, 2008, p. 59).

Moraes (2008) faz questão de enfatizar que mesmo a comunicação em rede com sentido contra-hegemônico tendo grande importância nas iniciativas que visam construir uma cultura de solidariedade social é necessário enxergar o ciberespaço como uma esfera ligada ao ambiente socioeconômico e cultural fora da rede.

Ocupar espaços virtuais não significa em absoluto atrelar a construção de um consenso emancipador ao avanço tecnológico, ou ainda aceitar impulsos voluntaristas que subestimem mediações sociais e mecanismos clássicos de representação política. A internet não prevalece sobre metodologias consagradas de atuação social, que continuam bastante necessárias (MORAES, 2008, p.62).

O português Cádima (2014, p. 97) analisa como o uso das novas mídias alterou as formas de participação política e significou avanços nas práticas de cidadania. O autor lista vários movimentos sociais aos quais ele chama de “redes participativas”: Occupy Wall Street, nos EUA; Revolução de Jasmim, na Tunísia; Indignados, na Espanha e Geração à Rasca, em Portugal. Cádima (2014) aponta que esses movimentos se formaram por meio de interações digitais horizontais e evoluíram para a ocupação efetiva do espaço público e a partir daí ganharam visibilidade nos meios de comunicação tradicionais. O que segundo o autor, representa um novo modelo de participação dos cidadãos na esfera pública, impossível de ser alcançado por meio dos aparatos de mídia tradicional.

Para além do uso intensivo, sobretudo individual, dos *social media*, introduzem de facto um novo modelo de participação dos cidadãos na coisa pública, o que significa também que o sistema de *media* tradicional foi desde sempre incapaz de conjugar a liberdade de expressão e a liberdade editorial com uma verdadeira abertura à pluralidade e diversidade das vozes das comunidades de cidadãos (CADIMA, 2014, p. 97).

O teórico aponta avanços da Web 2.0 em relação à primeira geração digital no que tange às práticas de participação política. As novas ferramentas, as novas possibilidades colaborativas e a formação de redes temáticas a partir do surgimento das mídias sociais significaram um passo a mais na autonomia e empoderamento do usuário. E, segundo Cádima (2014), trouxeram mais complexidade para a própria compreensão a respeito do uso político das redes digitais.

O autor cita a campanha do presidente dos EUA, Barack Obama, em 2008, como marco de uma nova forma de utilização da internet no processo eleitoral. O candidato valeu-se massivamente das novas redes sociais digitais, inclusive de redes étnicas, como a *Black-Planet* e a *MiGente*, direcionadas ao público negro e latino, respectivamente. Além da interação nos fóruns, blogs, microblog e *YouTube*. Outra característica marcante da campanha foi a utilização do *microtargeting*, identificação de padrões em bancos de dados da internet por meio do uso de algoritmos para oferecer mensagens individualizadas para um público ou segmento específico.

Neste caso, essas estratégias de *micromarketing* detectam as múltiplas possibilidades de ir ao encontro de potenciais simpatizantes indecisos, ou seja, o objectivo acaba por ser transferido do modelo clássico da persuasão mediática ou propagandística para uma identificação precisa dos eleitores do espectro político do candidato ou do partido, procurando-se a partir daí conquistar uma parte do eleitorado que poderia estar perdida. A captura do eleitor/consumidor pela rede (ou teia) algorítmica é assim uma realidade (CADIMA, 2014, p. 102).

Apesar da inovação na forma de utilização da internet durante a campanha do político norte-americano, o autor evidencia que práticas de marketing clássicas das mídias tradicionais, como a segmentação da mensagem, acabaram por ser replicadas também no ambiente virtual, e são cada vez mais comuns, principalmente, quando se pensa em termos de comércio *on-line*.

Para Mainieri (2013) o advento das novas mídias digitais mudou a forma de interação social entre as pessoas. A partir dos estudos de Lemos e Lévy (2010) que proclamam a emergência de um novo paradigma, o informacional, característico de uma sociedade com sistemas pós-massivos; o autor aponta que a mudança se dá na possibilidade de o usuário criar e divulgar os próprios conteúdos, as próprias informações, eliminando a divisão entre emissores e receptores, contexto que alteraria significativamente as formas de comunicação e de interação entre as pessoas. Uma das consequências dessa mudança é o fim do monopólio dos veículos massivos na produção e divulgação de informações. “Os autores salientam que hoje não é exclusividade das empresas de comunicação emitir conteúdo, e sim, qualquer indivíduo com acesso ao ciberespaço” (MAINIERI, 2013, p. 56).

Tomando por base esse panorama, o autor discute a possibilidade da construção de uma outra comunicação, alternativa àquela praticada pelas mídias massivas, na medida em que o processo de comunicação na rede se dá de forma horizontal e plural. Entretanto, Mainieri (2013, p. 57) pondera que somente a quebra do monopólio da informação não é suficiente para garantir a democratização da comunicação, apesar de ser fundamental. . “Cabe à sociedade apropriar-se e conceber uma comunicação genuinamente dialógica, calcada na participação plural e não hegemônica de diversas vozes. Vozes que ecoam e que têm seu lugar de falagarantido”.O autor afirma que é preciso mudança de posturas e que o desafio é, portanto, pensar e praticar a comunicação no âmbito contra-hegemônico, fora da lógica estabelecida pela grande mídia.

Cabe ampliarmos a discussão e refletirmos sobre as possibilidades de uma nova lógica comunicacional aberta pela comunicação em rede. Se estamos diante de um novo paradigma comunicacional, compete questionarmos se os cidadãos realmente terão voz e romperão com a centralidade das mídias tradicionais?

No sentido de aprofundar essa reflexão, outro aspecto relevante está relacionado às políticas de regulação da rede. Uma nova lógica comunicacional nessa ambiência depende da apropriação e uso que se faz da rede, assim como das políticas de regulação, conforme veremos na sequência do artigo.

3. A QUESTÃO DA REGULAMENTAÇÃO DA REDE

Esteves (2012) aponta duas características da internet que podem contribuir para uma democracia mais efetiva em termos deliberativos, o acesso facilitado à informação e a interação. Com relação a facilidade de acesso destacam-se a grande capacidade e facilidade de armazenamento e difusão de informações, que diferente de outros tipos de tecnologia não enfrenta sérias limitações ao pleno acesso e utilização da informação. O acesso à informação é condição para a democracia deliberativa. Segundo Esteves(2012, p. 231) “A informação é um recurso indispensável para a normal construção de práticas discursivas, sendo estas, por sua vez, vitais nos processos deliberativos [...]”.

A segunda característica da internet que propicia o desenvolvimento da democracia deliberativa de acordo com Esteves (2012) é sua capacidade interativa. O autor cita desde as ferramentas mais antigas como e-mails e *chats*, até as redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter*. Mesmo relativizando a qualidade das interações e dos relacionamentos estabelecidos nesses espaços

virtuais, que segundo o teórico nem sempre assumem relevos políticos ou importância em termos de experiência democrática, Esteves (2012) pondera que mesmo assim não é possível diminuir o poder de interação propiciado por essas redes.

Mas nada disso permite pôr em questão a importância fundamental da interação para a democracia: esta não é pura e simplesmente concebível sem uma dada estrutura de interação que permita ligar de algum modo os seus cidadãos. Se a interação social, só por si, não define a democracia, é para esta, porém, uma condição indispensável – e mais ainda para uma democracia exigente, como a de tipo deliberativo que aqui discutimos (ESTEVES, 2012, p. 233).

Mesmo otimista em relação ao potencial da internet no fortalecimento da democracia, Esteves ressalta pontos problemáticos em relação à rede. O principal é a proliferação do uso comercial da internet com o avanço do comércio eletrônico. “À medida que a informação e a interação tomam o estatuto de recursos econômicos e a sua gestão passa a obedecer a uma lógica de rentabilidade, as restrições a seu acesso e sua circulação tornam-se mais habituais” sustenta Esteves (2012, p.237).

A solução proposta pelo autor para reverter essa situação e proteger a internet da lógica do capital é o estabelecimento de políticas de regulação. E faz questão de enfatizar que não se trata de regular conteúdos e sim regular as condições estruturais e técnicas de acesso.

Não é de conteúdos, pois, que falamos, mas de questões que envolvem, antes de mais, custos de ligação, políticas de gratuidade de acesso, facilidades fiscais na aquisição e utilização de equipamentos, disponibilização de documentos oficiais, livre circulação em arquivos eletrônicos e bases de dados relevantes, por exemplo; um serviço para o qual a intervenção do Estado se justifica não em nome de qualquer propósito dirigista, ou por necessidades de ordem funcional [...], mas enquanto um projeto cívico [...] (ESTEVES, 2012, p. 238).

Outro autor a defender a regulamentação da internet é o francês Dominique Wolton. O sociólogo afirma que desde o surgimento dos meios de comunicação de massa, em vários momentos, travaram-se batalhas em termos jurídicos e políticos para a definição de regras de proteção e garantia da liberdade de informação. Segundo ele, em relação à internet o que há é um silêncio que põe em risco as liberdades individuais e públicas, ao invés de uma discussão que possa suscitar parâmetros para a definição de regras. Para Wolton (2012, p.108) “A ausência de controle, que foi um objetivo democrático a ser atingido durante séculos porque se tratava de se desvencilhar

das múltiplas censuras, torna-se hoje uma das principais ameaças, porque a lógica dominante se inverteu”.

Wolton(2012) lembra que nos anos 70 quando a internet dava seus primeiros passos havia um temor da ameaça da informática às liberdades. “Ora, trinta anos depois, quando essas ameaças, em termos de crescimento de cadastros, de registro eletrônico, de ausência de proteção aos dados pessoais, principalmente nos Estados Unidos, são muito mais fortes, se faz de conta que nada se passa”.(WOLTON, 2012, p.106) A crítica do autor é principalmente em relação a não distinção na rede entre consumidor e cidadão. O que, de acordo com Wolton (2012), serve aos interesses capitalistas e corporativos.

[...] a rede tornou-se pública, e muitas zonas de sombra persistem quanto ao estatuto e à proteção dos dados, o que explica a lógica de cadastros e o crescimento dos registros, compatíveis com uma lógica comercial, mas incompatíveis com os direitos do homem. Encontra-se aí toda a ambiguidade da Internet entre o comércio e a democracia. O indivíduo é somente um consumidor ou é também uma pessoa? Quem é responsável pelo que está escrito e divulgado? Como gerar a relação expressão-responsabilidade? (WOLTON, 2012, p. 107).

O autor aponta algumas questões como desafios que devem ser enfrentados pela rede: a proteção das liberdades fundamentais e dos direitos autorais; a difusão de informações falsas; as invasões de privacidade; a manutenção da separação público-privado; confidencialidade dos dados; os direitos do homem e os crimes virtuais. Wolton(2012) critica aqueles que dizem que a Internet não pode ser controlada enquanto sistema de difusão e compartilhamento de informações. Para ele “Os homens teriam inventado um sistema técnico, ainda mais tendo como objeto a informação e a comunicação, que estão no âmago de toda experiência individual e social, sem nenhuma capacidade de controle político e democrático?” (WOLTON, 2012, p.107).

Wolton (2012) ao contrário de outros pensadores considera necessária a inserção de intermediários para um uso mais democrático da internet. Os intermediários, segundo ele, seriam professores, jornalistas e documentalistas.

Se, durante dois séculos, o ideal da informação foi de produzir e difundir o mais rápido possível uma informação, diretamente acessível ao público, sem intermediários que eram como censores, a realidade de hoje é sistematicamente inversa. É preciso reintroduzir os intermediários para verificar o fornecimento e a utilização da informação, pois as capacidades técnicas são tamanhas que milhões de informações podem ser fornecidas e solicitadas sem nenhum controle (WOLTON, 2012, p. 108).

O sociólogo defende que os intermediários seriam os responsáveis por filtrar e proteger a informação e dessa forma preservar sua liberdade. “Caso se queira salvar a liberdade de informação, é necessário, o mais rápido possível, admitir que ela deve, em um universo saturado de informações, ser protegida, filtrada, por *intermediários* que garantissem esse ideal” (WOLTON, 2012, p. 108). Wolton argumenta, por fim, que não há relação entre acesso direto à internet e democracia: “[...] do ponto de vista da liberdade e da democracia, um acesso direto à informação tanto em relação ao fornecimento quanto à utilização, sem controle, sem intermediários não constitui um progresso para a democracia, mas, ao contrário, uma regressão e uma ameaça” (WOLTON, 2012, p.108).

Em relação a ameaças de redução da liberdade e pluralidade da informação, Cádima (2014) alerta para o modo de funcionamento dos portais de busca, responsáveis por 72% do acesso à informação na web. Os portais utilizam cálculos a partir de algoritmos para oferecer resultados, operações que se utilizam de bancos de dados e que possivelmente acabam restringindo ou omitindo algumas informações em favor de outras. Afirma Cádima (2014, p.103) que “Hoje, sabe-se que o acesso à informação *online* tem outros *gatekeepers* que não são já os jornalistas (PARISER, 2011). São os algoritmos. Estes sãoos novos “censores” do digital e da matéria noticiosa”.

Soma-se a isso o fato de que, na atualidade, já é amplamente difundida a prática de venda de anúncios nos sites de busca, a depender da quantia paga, um anúncio pode aparecer com maior ou menor visibilidade se destacando nos resultados oferecidos não por relevância ou popularidade, mas por motivações comerciais/financeiras. Para Cádima essas questões se apresentam como novas ameaças ao pluralismo da informação e que precisarão ser enfrentadas “sob pena de assistirmos a um paradoxo, isto é, verificarmos que a um alargamento da base tecnológica dos sistemasde comunicação corresponde uma redução da liberdade e pluralidadeda informação” (2014, p.103).

Uma política de regulação pensada e amadurecida pela sociedade torna-se fundamental na garantida pluralidade da informação na internet. Vários autores concordam que uma nova lógica comunicacional, depende de regras que permitam a não reprodução de uma lógica meramente econômica onde prevaleçam unicamente os interesses comerciais da mídia tradicional em detrimento do cidadão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão a respeito das mudanças propiciadas na comunicação por meio das inovações tecnológicas tem suscitado inúmeras questões e opiniões divergentes. Entre os teóricos há aqueles que enxergam na popularização da internet e nas redes sociais digitais verdadeiras revoluções, outros veem o avanço da técnica com preocupação, pois afirmam que falta um amadurecimento acerca da questão e dos processos de comunicação em rede. Pode-se defini-los utilizando a distinção de Umberto Eco (2004): são os integrados e os apocalípticos.

A intenção neste trabalho não é, porém, avaliar quais das reflexões estão mais corretas, quais vão ou não se concretizar no futuro. Mais relevante, aqui, é observar os pontos em que são convergentes e aqueles em que se diferenciam e como se complementam para uma discussão mais aprofundada a respeito da questão da comunicação em rede, horizontal.

Ao analisar o modo como alguns grupos e movimentos sociais se apropriaram das novas ferramentas digitais, os pesquisadores revelam mudanças no deslocamento dos lugares de produção da informação, resultando em novas formas de prática política e conseqüentemente no empoderamento de indivíduos e comunidades.

Por outro lado, teóricos como o sociólogo francês Wolton (2012) lembram que a internet ainda carece de regras que norteiem a navegação na rede e protejam os dados disponibilizados, principalmente os pessoais. Segundo o autor, a internet tem se transformado em um grande mercado, onde o usuário é cada vez mais tratado como consumidor e não como cidadão. O teórico defende que esse esquecimento e falta de preocupação com essa questão pode colocar em risco a liberdade de informação e também comprometer as liberdades individuais.

O fato é que todas essas questões precisam ganhar ainda o debate público. Os usuários precisam deixar de ser simplesmente usuários/clientes para se tornarem usuários/cidadãos. Quando isso acontecer, as potencialidades da comunicação em rede poderão ser exploradas de forma a contribuir com o alcance da cidadania plena.

REFERÊNCIAS

CADIMA, Francisco Rui. Desafios para a cidadania na transição dos media para os new media. In: PAIVA, Raquel; TUZZO, Simone. (Orgs.) **Comunidade, mídia e cidade**: possibilidades comunitárias na cidade hoje. Goiânia: FIC/UFG, 2014.

DI FELICE, Massimo. Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 27-45, jan./abr. 2012.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ESTEVEES, João Pissarra. Opinião pública e mídias sociais: deliberação nas novas redes de comunicação e interação. In: OLIVEIRA, Ivone e MARCHIORI, Marlene. (org.) **Redes sociais, comunicação e organizações**. São Caetano do Sul: Difusão, 2012.

MAINIEIRI, Tiago. Caminhos para uma outra comunicação. In: COUTINHO, Eduardo Granja e MAINIERI, Tiago. **Falas da história** – comunicação alternativa e identidade cultural. Goiânia: FACOMB/UFG, 2013.

MORAES, Dênis. Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica. In: COUTINHO, Eduardo Granja. (Org.) **Comunicação e contra-hegemonia**: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

TUFTE, Thomas. O renascimento da Comunicação para a transformação social: redefinindo a disciplina e a prática depois da Primavera Árabe. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciência da Comunicação, São Paulo, v. 36, n.2, p. 61-90, jul./dez. 2013.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.